



**OFÍCIO Nº 168/2025/GAB**

Pedra Branca, 25 de novembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor *Juscelino Calíope de Arimateia*,  
**Presidente da Câmara Municipal de Pedra Branca-CE.**

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei nº 029, de 25 de novembro de 2025.

Vimos, por meio deste expediente, encaminhar a Vossas Excelências o Projeto de Lei nº 029, de 25 de novembro de 2025, que tem por objetivo atualizar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, adequando-a à criação da Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMA, instituída pela Lei Municipal nº 940/2025, e corrigindo dispositivos da Lei Municipal nº 682/2017 que permaneceram em descompasso com a nova realidade institucional.

Na certeza de contarmos com a vossa devida atenção para apreciação e aprovação do incluso Projeto de Lei, reitero os meus sinceros e cordiais votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**MARIA IVONETH BRAGA DE SOUSA**  
*Prefeita Municipal de Pedra Branca/CE*



**MENSAGEM Nº 029/2025, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores.

É com imenso respeito que encaminho à apreciação dessa augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que tem por objetivo atualizar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, adequando-a à criação da Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMA, instituída pela Lei Municipal nº 940/2025, e corrigindo dispositivos da Lei Municipal nº 682/2017 que permaneceram em descompasso com a nova realidade institucional.

Com a criação da AMA, todas as atividades e responsabilidades relacionadas à política ambiental do Município deixaram de integrar a esfera de atuação da antiga Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Dessa forma, tornou-se necessário alterar a denominação da Pasta para Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, refletindo suas atribuições atuais, voltadas à execução de políticas de obras públicas, mobilidade, infraestrutura e serviços urbanos, sem qualquer função ambiental.

A proposta assegura segurança jurídica, racionalidade administrativa, eficiência na gestão pública e plena delimitação das competências entre os órgãos municipais, evitando sobreposição de funções e fortalecendo tanto a política ambiental quanto a política de infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Assim dito, suplica-se a Vossa Excelência e augustos pares que se digne em apreciar a presente matéria em CARÁTER DE URGÊNCIA.**



Na certeza de contar com a indispensável colaboração de Vossa Excelência e de seus ilustre pares na aprovação dessa matéria, reitero, ao ensejo, a essa respeitável Casa do Povo, protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

**MARIA IVONETH BRAGA DE SOUSA**  
*Prefeita Municipal de Pedra Branca/CE*



**PROJETO DE LEI Nº 029, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 682/2017,  
MODIFICA A DENOMINAÇÃO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO  
AMBIENTE, CRIA CARGOS PARA A  
AUTARQUIA MUNICIPAL DE MEIO  
AMBIENTE – AMA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA-CE, MARIA IVONETH BRAGA DE SOUSA, FAZ SABER,** em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores do Município aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica alterada a denominação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que passa a denominar-se Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, preservada sua posição institucional na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal.

**Art. 2º.** Compete à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano planejar, coordenar e executar políticas públicas relacionadas à infraestrutura, obras públicas, engenharia, mobilidade, acessibilidade, iluminação pública, drenagem, manutenção urbana e serviços correlatos, ficando integralmente excluídas de sua esfera de atuação todas as atribuições de natureza ambiental, que passam à competência exclusiva da Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMA.

**Art. 3º.** Ficam transferidas à Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMA todas as atribuições, funções e atividades de gestão ambiental anteriormente vinculadas à antiga Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 940/2025.



**Art. 4º.** O Art. 49 da Lei Municipal nº 682/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação e execução das políticas públicas de infraestrutura, desenvolvimento urbano, obras públicas, engenharia, mobilidade, acessibilidade e serviços urbanos, não integrando à sua esfera de atuação quaisquer atribuições de natureza ambiental.”

**Art. 5º.** O Art. 50 da Lei Municipal nº 682/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano terá sua estrutura organizacional composta pelas unidades administrativas destinadas à execução das políticas de infraestrutura e desenvolvimento urbano, excluídas todas as funções relacionadas ao meio ambiente.”

**Art. 6º.** O Art. 51 da Lei Municipal nº 682/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51. Integram o quadro de cargos em comissão da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano apenas os cargos destinados à gestão urbana e de infraestrutura, ficando suprimidos e transferidos para a Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMA todos os cargos e funções de natureza ambiental anteriormente vinculados à Secretaria.”

Parágrafo único. O cargo de Assessor Técnico de Meio Ambiente (DAS-7), criado pela Lei Municipal nº 792/2022, passa a integrar, de forma definitiva, o quadro da Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMA.

**Art. 7º.** Ficam criados, no âmbito da Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMA, os seguintes cargos em comissão, em conformidade com a estrutura prevista no art. 5º da Lei Municipal nº 940/2025:

I – Superintendente – 01 (um);



II – Diretor de Licenciamento (DAS-5) – 01 (um);

III – Diretor de Fiscalização (DAS-5) – 01 (um).

**Art. 8º.** O cargo de Superintendente consiste na direção superior da AMA, sendo responsável pela coordenação e supervisão da execução das políticas ambientais municipais, pela representação institucional da Autarquia perante órgãos públicos e entidades privadas, pela articulação de parcerias e ações de cooperação, bem como pela definição de prioridades administrativas e operacionais necessárias ao cumprimento das finalidades institucionais da Autarquia.

**Art. 9º.** O cargo de Diretor de Licenciamento consiste na coordenação dos procedimentos técnicos e administrativos relacionados aos processos de licenciamento ambiental, na análise e emissão de pareceres técnicos, na garantia da observância das normas ambientais aplicáveis às atividades licenciadas e na proposição de melhorias operacionais nos fluxos internos de licenciamento.

**Art. 10.** O cargo de Diretor de Fiscalização consiste no planejamento e execução das ações de fiscalização ambiental, na apuração de denúncias ou infrações ambientais, na elaboração de autos e relatórios técnicos decorrentes da atividade fiscalizatória e na coordenação de operações conjuntas com outros órgãos fiscalizadores quando necessário.

**Art. 11.** O cargo de Assessor Técnico de Meio Ambiente consiste no suporte técnico especializado aos processos de licenciamento, fiscalização e planejamento ambiental, na elaboração de pareceres, notas técnicas e relatórios, no desenvolvimento de mecanismos e indicadores de monitoramento ambiental e na proposição de soluções sustentáveis fundamentadas em evidências técnicas e científicas.

**Art. 12.** Os cargos em comissão previstos nesta Lei terão a seguinte quantidade e remuneração:



Nomenclatura do Cargo	Órgão	Símbolo	Quantidade	Vencimento	Representação	Total da Remuneração
<b>Superintendente</b>	AMA	*	*	*	*	Subsídio
<b>Diretor de Licenciamento</b>	AMA	DAS - 5	01	R\$ 450,00	R\$ 2.550,00	R\$ 3.000,00
<b>Diretor de Fiscalização</b>	AMA	DAS - 5	01	R\$ 450,00	R\$ 2.550,00	R\$ 3.000,00
<b>Assessor Técnico de Meio Ambiente</b>	AMA	DAS-7	01	R\$ 375,00	R\$ 2.125,00	R\$ 2.500,00

Parágrafo único. O cargo de Superintendente será remunerado exclusivamente por subsídio, nos termos da legislação aplicável aos Secretários Municipais.

**Art. 13.** Ficam expressamente revogadas todas as disposições legais, regulamentares ou administrativas que atribuam competências, atividades, funções, cargos, unidades ou responsabilidades de natureza ambiental à antiga Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, bem como quaisquer normas que contrariem, direta ou indiretamente, o disposto nesta Lei, especialmente aquelas constantes da Lei Municipal nº 682/2017 e demais legislações que tratem da matéria.

§ 1º Consideram-se igualmente revogadas as referências funcionais, estruturais e nominais à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente em todos os dispositivos legais vigentes, passando a prevalecer, para todos os fins, a denominação Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

§ 2º A revogação prevista neste artigo alcança, inclusive, dispositivos que impliquem sobreposição, compartilhamento ou duplicidade de competências ambientais com a Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMA, assegurando a esta a exclusividade das funções de gestão ambiental no âmbito do Município.



§ 3º Permanecem válidas apenas as disposições que sejam compatíveis com a nova estrutura administrativa instituída por esta Lei, entendendo-se tacitamente revogadas todas aquelas que se mostrem incompatíveis com a transferência integral das atribuições ambientais para a AMA.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Pedra Branca, em 25 de novembro de 2025.

**MARIA IVONETH BRAGA DE SOUSA**

*Prefeita Municipal de Pedra Branca/CE*